

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0010-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.103222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.

Luciana Pavowski Franco Silvestre


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

LEGISLAÇÃO SOBRE TERRORISMO E FORMAS DE CONCURSO DE AGENTES NO BRASIL

Felipe Justo José Dessoy Caraballo

Dhyelson Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223031>


CAPÍTULO 2..... 18

NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA O EMPREGO DO POLICIAMENTO MONTADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Diogo Buarque Pereira

Joao Carlos Salvador de Lima Santos


Livia Carolina de Souza Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223032>

CAPÍTULO 3..... 33

PCH: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA URBANA E REGIONAL

Paulo Ormino de Azevedo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223033>

CAPÍTULO 4..... 52

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E FRAGILIDADES DO POTENCIAL GERMINATIVO DA CIDADANIA FEMININA

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Roberta Rodrigues Trierweiler


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223034>

CAPÍTULO 5..... 63

LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Gizele Cristina Carvalho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223035>


CAPÍTULO 6..... 76







ANÁLISIS FODA MUNICIPAL COMO HERRAMIENTA Y ESTRATEGIA CONTRA LA POBREZA: ESTUDIO DE CASO SAN ANDRÉS HUAYÁPAM, OAXACA, MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Soledad Nuñez Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223036>

CAPÍTULO 7.....	86
A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL ABRANGENDO A VIOLÊNCIA AUTO INFLIGIDA NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA	
Marialda Esmanhotto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223037	
CAPÍTULO 8.....	93
NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL	
Mariana Hasen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223038	
CAPÍTULO 9.....	103
O DIREITO A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	
Débora Santos Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223039	
CAPÍTULO 10.....	113
EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO MESTRADO EM GESTÃO E DIREÇÃO HOTELEIRA - ESTM	
Ana Sofia Viana	
Sónia Pais	
Ana Elisa Sousa	
Michael Schon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230310	
CAPÍTULO 11.....	131
DESEMPENHO ESCOLAR E GASTO PÚBLICO MUNICIPAL EM EDUCAÇÃO: AS EVIDÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Italo Fittipaldi	
Débora Evelyn Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230311	
CAPÍTULO 12.....	153
GARANTISMO E LEGALISMO: UM ESTUDO SOBRE MODELOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Ana Flávia Silva Marques de Menezes	
Ana Cristina do Nascimento Peres Albernaz	
Ana Maria Soares Freitas Pereira Leal	
Ana Célia de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230312	
CAPÍTULO 13.....	165
AS GEOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL SOBRE O MUNICÍPIO DE MARABÁ, PARÁ	
Marley Trajano Lima	

João Donizete Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230313>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	179
ÍNDICE REMISSIVO.....	180

LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 08/01/2022

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>

Gizele Cristina Carvalho dos Santos

Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/8035907935042223>

RESUMO: Este trabalho resulta de atividades de extensão e pesquisa realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo objetivo foi produzir informações capazes de subsidiar os processos de resistência emergentes no âmbito de Grandes Projetos Urbanos (GPU's) em Belém. Se considerou GPU's as intervenções urbanísticas que se inscrevem no contexto de territórios “conflituais” (SÁNCHEZ, 2017), provocando impactos socioambientais no cotidiano de vida dos moradores que, de diversas formas resistem aos efeitos produzidos pelos GPU's em seus territórios. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as formas de resistência

emergentes nesses contextos. Apoiou-se na teoria crítica, cuja análise está centrada em demonstrar os efeitos gerados por intervenções urbanísticas no Brasil com base no planejamento estratégico de cidade, se evidenciando, dentre outros aspectos, que nas áreas circunscritas às bacias hidrográficas da Estrada Nova, Una e Tucunduba, a população residente enfrenta os “desacertos” dos GPU's, provocando a emergência de lutas e resistências que questionam o modelo de intervenção urbanística adotada historicamente pelo poder público. Tais processos têm gerado práticas sociais em defesa das bacias hidrográficas por meio das “Frentes de Prejudicados” que se organizam em cada bacia hidrográfica, atualizando as formas de luta em Belém.

PALAVRAS-CHAVE: Lutas Sociais. Grandes Projetos Urbanos. Frente de Prejudicados.

SOCIAL STRUGGLES AND MAJOR URBAN PROJECTS IN BELÉM: THE “FRONTS OF THE AFFECTED”

ABSTRACT: This work is the result of extension and research activities carried out within the scope of the Postgraduate Program in Social Work (PPGSS), linked to the Institute of Applied Social Sciences (ICSA), of the Federal University of Pará (UFPA), whose objective was to produce information capable of supporting the emerging resistance processes within the scope of Large Urban Projects (GPU's) in Belém. GPU's were considered to be urban interventions that fall within the context of “conflictual” territories (SÁNCHEZ, 2017), causing social and environmental impacts

in the daily lives of residents who, from various forms resist the effects produced by the GPU's in their territories. In this sense, this work aims to analyze the forms of resistance emerging in these contexts. It was supported by critical theory, whose analysis is centered on demonstrating the effects generated by urban interventions in Brazil based on strategic city planning, highlighting, among other aspects, that in areas circumscribed to the Estrada Nova, Una and Tucunduba watersheds, the resident population faces the "mistakes" of the GPU's, causing the emergence of struggles and resistance that question the urban intervention model historically adopted by the government. Such processes have generated social practices in defense of the watersheds through the "Frentes de Prejudicados" that are organized in each watershed, updating the forms of struggle in Belém.

KEYWORDS: Social Struggles. Large Urban Projects. Front of Damaged.

1 | INTRODUÇÃO

Diante do cenário brasileiro marcado pela intensificação da questão urbana, materializada principalmente pela segregação social, econômica e cultural, tem-se, segundo Farage (2014), a emergência de movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade e reforma urbana. Percebe-se que a emergência dos movimentos sociais urbanos e outras formas de organização social vêm acompanhadas das "contradições urbanas", advindas do processo de desenvolvimento predatório de acumulação capitalista que tem se instalado no espaço urbano e gerado as contradições entre quem produz a riqueza e quem se apropria dela.

Destaca-se que as reivindicações pelo direito à cidade no Brasil e em Belém possuem um histórico de lutas desde a década de 1970. Em Belém, o final da década de 1970 foi marcado por um formato de luta articulada com a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB) que, à época, conseguiu unificar as pautas por melhores condições de moradia e de vida nas periferias urbanas de Belém, resultando na emergência de inúmeras associações de moradores e centros comunitários (CRUZ, 2011).

O início da década de 1980 foi marcado pelo processo de transição democrática, cujos movimentos sociais urbanos tiveram importante papel mobilizador nas grandes manifestações de rua pelas "Diretas Já", objetivando a mudança de regime militar para eleições diretas em todas as esferas político-administrativas no país. Esse processo político, influenciado pela dinâmica partidária de velhos e novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), já no final da década de 1980, fez emergir uma nova forma de participação, diante de um Estado Democrático. Cita-se em Belém, a Coordenadoria Municipal de Associações Comunitárias (COMAC) e a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), que não possuíam o caráter aglutinador de lutas como ocorria na década anterior e atuavam conforme a perspectiva política e partidária de suas lideranças.

Importante ressaltar que essa nova dinâmica social influenciou as análises de movimentos sociais, resultando na mudança de paradigma. Se, por um lado, os movimentos

sociais do final da década de 1980 possuíam o apoio do Estado democrático, que nesse momento tinha deixado de ser o inimigo dos movimentos sociais (GOHN, 1991), por outro lado, novos formatos emergiam, reivindicando, sobretudo, direitos humanos, através dos movimentos ambientais, ecológicos, mulheres, homossexuais, mães e negros. Eram os “novos movimentos sociais” entrando em cena (SADER, 1988), era a luta urbana sendo reconfigurada politicamente, ampliando a pauta de reivindicações. Do ponto de vista sociológico eram novos paradigmas, constituindo novas referências teóricas sobre os movimentos sociais, nos centros universitários de pesquisas (RIBEIRO, 1991; SADER, 1988; KOWARICK, 1988).

Cruz (1994), afirmava que nesse contexto, os movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 1980 deveriam ser considerados como sujeitos produtores da cidade, haja vista que, as conquistas pelo direito à cidade contribuíram para melhorar a vida urbana e interferiram nas estratégias de planejamento urbanos dos governos em todas as suas esferas político-administrativas.

A década de 1990, foi marcada pelas mudanças no cenário sociopolítico do país, produzindo novas pautas e diferentes estratégias de mobilização e reivindicação, em que a relação com o poder público substituiu as grandes manifestações de rua dos anos 1970 e 1980 por uma prática social que agora tinha na “negociação” e na “institucionalização” as principais estratégias dos movimentos sociais, fazendo emergir outras formas de organização popular, mais amplas e institucionalizadas, como os Fóruns, os conselhos setoriais e de direitos sociais e humanos.

Destaca-se que em Belém o surgimento do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), na década de 1990, surgiu como continuidade da luta pelo direito à cidade desencadeada nas décadas anteriores, como resultado da insatisfação dos sujeitos sociais excluídos que reclamam por melhores condições de vida no espaço urbano. O fórum em Belém, emergiu a partir da criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), um processo de luta pela implantação da Reforma Urbana em nível nacional. Diante disso, percebe-se que o perfil dos movimentos sociais mudou, pois, a conjuntura política mudou (GOHN, 2003).

A histórica luta pela reforma urbana, sofre alterações, mas, não morre. Nos dias atuais, os processos de reivindicação, manifestação e resistência ampliaram as bandeiras de luta, a pauta de reivindicação e também os formatos de organização política. Em Belém, verificou-se que já no limiar do século XXI os processos de resistência social ocorrem em áreas impactadas por GPU's, concluídos ou não.

Diante disso, buscou-se neste artigo evidenciar os movimentos sociais no contexto dos GPU's em Belém, que lutam pelo direito à cidade, como forma de resistência frente a um cenário marcadamente desigual e excludente, orientado pela lógica do capital. Sendo assim, a análise discorrerá sobre as Frentes dos Prejudicados nas bacias hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, tendo como referências teóricas a produção acadêmica

acerca do Direito à Cidade, Grandes Projetos Urbanos e Movimentos Sociais. Cita-se Harvey (2014), Gohn (2012), Cruz (2011), Portela (2005), Soares (2016) e Farage (2014).

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira parte corresponde à introdução. Na segunda parte tem-se a discussão sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil e em Belém do Pará. Na terceira parte serão apresentados os movimentos sociais urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém, mais especificamente aqueles localizados na bacia do Una, Tucunduba e Estrada Nova. E na quarta parte tem-se a conclusão.

2 | LUTAS SOCIAIS E O DIREITO À CIDADE NO BRASIL E EM BELÉM DO PARÁ

Segundo Cruz (1994), a partir da década de 1970, grande parcela da população brasileira que morava nas periferias das cidades iniciou processos de reivindicação que desencadearam a emergência de várias formas de organização popular, cujo objetivo imediato era garantir creches, habitação, energia, esgoto e pavimentação, redundava em garantir a construção de um espaço mais democrático no cenário político daqueles anos.

Em Belém do Pará, na década de 1980, a população que morava nos bairros mais pobres de Belém possuía renda familiar que variava em média de três a seis salários mínimos, segundo dados do IBGE. Grande parte dessas pessoas, oriundas do interior do estado do Pará, à procura de melhores condições de vida, alojaram-se nas áreas de baixadas¹, sobrevivendo em condições de extrema miséria, sem muita esperança de um emprego razoável ou de retornar ao lugar de origem, vivendo de forma marginal do ponto de vista das estruturas urbanas, portanto, quase sempre sem usufruir das políticas econômicas e sociais definidas pelo setor público e setor privado (CRUZ, 1994, p.80).

É diante desse cenário, segundo Cruz (1994), que emergiu em Belém diversas formas organizativas para reivindicar o direito à cidade, com lutas específicas e espontâneas. Específicas porque as lutas aconteciam a partir das particularidades de cada rua, vila, passagem, localidade ou bairro. Espontâneas na medida em que os sujeitos passaram a se organizar independente das estruturas hierarquizadas e burocratizadas, como partidos políticos e sindicatos.

A partir de Cruz (2011), verifica-se que nos bairros Condor, Cremação, Guamá e Jurunas, pelos idos dos anos 1970-1980, os moradores já se organizavam em associações e centros comunitários para fazer frente às adversidades referentes à condição da moradia. Eram cerca de 17 associações e 64 centros comunitários nos bairros do Guamá, Benguí, Cremação, Icoaraci, Marambaia, Sacramento, Uma, Val-de-Cães, Condor, Jurunas, Marco, Outeiro, Pedreira, Umarizal, Telégrafo e outros bairros de Belém.

As experiências das associações e dos centros comunitários culminou com a criação da Comissão de Bairros de Belém (CBB) que conseguiu unificar as lutas urbanas. A

¹ Segundo Trindade Jr. (1997, p.22), as “baixadas” “[...] são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés – e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo”.

CBB foi criada em 1979, como entidade articuladora dos movimentos de bairros da capital, buscando unificar as pautas de luta. Nesse momento “os movimentos sociais urbanos adquirem grande expressão, implicando efetivamente em uma organização articulada, rompendo a lógica bairrista predominante até então” (ALVES; SÁ, 2011, p.262).

A luta dirigida pela CBB obteve várias vitórias, especialmente em relação à luta pela permanência na terra urbana de domínio público ou particular nos bairros Pedreira, Terra Firme (terras da UFPA), Jurunas, bairro da Sacramento (contra a família Ferro Costa, Aeronáutica e Prefeitura) e ainda as conquistas das terras do Aurá no Benguí e Pratinha, a partir das quais se originaram três bairros novos, constituídos pela população vinda basicamente do campo e das expulsões ocorridas nos bairros centrais de Belém (CRUZ, 2011, p.205-210).

No final da década de 1980, na bacia do Tucunduba, a luta pela permanência na terra urbana se intensificou, culminando com o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), cujo propósito era aglutinar, dirigir e representar as principais reivindicações dos ocupantes dos terrenos ocupados às margens do Igarapé Tucunduba (ALVES; SÁ, 2011, p.264-265).

Na nova conjuntura da década de 1980, tem-se uma nova forma de participação diante de um Estado Democrático com criação da Coordenadoria Municipal de Associações Comunitárias (COMAC) e a Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores (FMCCAM), que não possuíam o caráter aglutinador de lutas como ocorria na década anterior. Destaca Cruz (2011), que:

Se nos anos anteriores (pós-1964) o Estado se valia de medidas repressivas para tentar conter o avanço organizativo da população dos bairros de Belém, nos anos 1980, o governo, sob o discurso da democratização e participação, passa a ter na ‘negociação’, no ‘pacto’ e no ‘construir juntos’ uma nova forma de se relacionar com o movimento social em Belém (CRUZ, 2011, p.222).

Esse novo momento vivenciado pelo Brasil foi marcado pela crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de ter sido reconquistado o direito de eleger os prefeitos, governadores e presidente da república seria a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social (CARVALHO, 2013, p.7-8). Em Belém, o governo estadual passou a orientar seus representantes a realizar reuniões nos bairros e a contar com a participação de alguns moradores nas decisões tomadas, tentando ainda se utilizar das organizações de bairros para viabilizar suas políticas e com isso enfraquecer a luta social nos bairros de Belém (CRUZ, 2011, p.224).

Percebe-se, então, que o discurso de “participação” advindo dos representantes da esfera municipal e estadual, não tinha o caráter de unificar as lutas, mas, pelo contrário, de fragmentar e individualizar. É nesse sentido que Gohn (1991) ressalta que os movimentos sociais do final da década de 1980 possuíam o apoio do Estado democrático, que nesse

momento tinha deixado de ser o inimigo dos movimentos sociais. Ressalta-se que em nível nacional tem-se a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), considerado o primeiro movimento em âmbito nacional que luta pela reforma urbana e direito à cidade (FARAGE, 2014, p.252).

Segundo Farage (2014), os componentes do Fórum eram dentre outros, os intitulados quatro grandes movimentos sociais urbanos da contemporaneidade, que são a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a União Nacional de Moradia Popular (UNMP). Além desses movimentos o FNRU agrega organizações não governamentais, organizações de pesquisa ligadas a universidade, sindicatos e conselhos.

É interessante observar que na década de 1990, com a mudança radical no cenário sociopolítico, ocorreu o declínio das manifestações nas ruas que davam visibilidade aos movimentos sociais populares nas cidades e o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como Fóruns, que estabeleceram a prática de encontros nacionais gerando diagnósticos das expressões da questão social e os objetivos estratégicos para solucioná-los, segundo Gohn (2003).

No início na década de 1990, o surgimento do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU) em Belém, foi marcado pela necessidade de se definir estratégias na participação do processo de elaboração do Plano Diretor Urbano (PDU) e do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. O FMRU emergiu das lutas pela Reforma Urbana no Brasil, materializadas no Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) (SILVA, 2007, p.32-35).

Já nos anos 2000, segundo Gohn (2003), emergiu um novo perfil de movimentos sociais, distintos das décadas anteriores, pois, atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais. Tais sujeitos foram vítimas da conjuntura, pois, as políticas neoliberais contribuíram com o enfraquecimento e desorganização dos setores que estavam organizados. Isto não significa que os movimentos sociais tenham desaparecido, pelo contrário, segundo a autora supracitada, os movimentos sociais na atualidade mudaram a sua natureza, pois, a conjuntura política, social e econômica do país mudou.

Esta breve contextualização dos movimentos sociais urbanos no Brasil e em Belém reflete a mudança do perfil dos formatos organizativos e, principalmente, a importância histórica dos movimentos, pois eles são “[...] o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte” (GOHN, 2011, p.336). Diante disso, na próxima parte serão apresentados três (3) movimentos sociais urbanos em áreas de grandes projetos urbanos emergentes em Belém, na atualidade.

3 | LUTAS SOCIAIS EM ÁREAS DE GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM DO PARÁ

O atual contexto das lutas urbanas em Belém, alcançou o século XXI com pautas que procuram aglutinar a população que habita as áreas circunscritas aos igarapés e/ou canais hidrográficos em torno da moradia com saneamento. Assim, a partir de 2005, as frações das classes trabalhadoras, residentes nas bacias hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, passaram a se organizar nos formatos de Frentes dos Prejudicados.

As Frentes dos Prejudicados passaram a contestar sobre os impactos produzidos no âmbito das intervenções urbanísticas do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), o Projeto Orla, Obra de Saneamento Integrado do Igarapé Tucunduba e o Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral, que no presente artigo serão definidos como GPU's, por sua dimensão em relação ao financiamento, cobertura e impactos como Grandes Projetos Urbanos (CRUZ, 2012).

As Frentes dos Prejudicados articulam e mobilizam a partir dos GPU's em Belém, têm como principal estratégia de resistência a judicialização dos impactos em órgãos de justiça, cuja atribuição é o controle social, tal como o Ministério público do Pará (MPPA) e o Ministério Público Federal. As Frentes dos Prejudicados surgiram a partir de 2005 e se articulam com movimentos históricos da luta urbana, como é o caso do Fórum da Reforma Urbana, a Central dos Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia etc., compondo uma mobilização mais ampla e representativa da luta pelo Direito à Cidade e, assim, constituindo, na atualidade, o campo dos movimentos sociais urbanos em Belém. Estão organizados, como mostra o Quadro I.

Movimento Social	Natureza	Reivindicações	Composição	Instrumentos de luta
Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU)	Surgiu em 2013, espontaneamente, em decorrência dos prejuízos materiais e morais causados pela conclusão e não manutenção do Projeto Una	Tramitação da ação civil pública ambiental no ministério público do Pará.	Moradores da bacia do una.	Denúncia, apoio de entidades que atuam com direitos humanos, blog e panfletagem.
Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP)	Surgiu em 2015, espontaneamente, em decorrência dos prejuízos causados pela obra de duplicação da Avenida Perimetral.	Regularização fundiária e indenização pelos prejuízos causados nas moradias pela obra de duplicação da Avenida Perimetral.	Moradores da Avenida Perimetral	Reuniões com os responsáveis pela obra e protestos.

Frente dos Prejudicados do Tucunduba	Surgiu em fevereiro de 2017 em decorrência dos impactos causados pela obra de Saneamento Integrado na Bacia do Tucunduba.	Fim dos alagamentos, moradia digna e infraestrutura urbana.	Moradores dos bairros do Guamã, Terra Firme, Baixada do Marco e Canudos.	Audiências Públicas, Assembleias, manifestações e reuniões.
---	---	---	--	---

Quadro I - Natureza, reivindicações, composição e instrumentos de luta dos movimentos sociais urbanos emergentes nas bacias hidrográficas do Una e Tucunduba, em Belém do Pará.

Fonte: Dados do Projeto de Extensão Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém, 2016-2017.

A Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU), apesar de surgir em 2013, vem denunciando desde 2008 a problemática dos alagamentos na bacia do Una, que corresponde a 60% do sítio urbano de Belém. As denúncias da Frente mostram que os alagamentos em Belém não derivam apenas de um fenômeno natural, a chuva, como apresentam os jornais. Mas, sim da falta de manutenção de um projeto de intervenção urbanística, o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Este projeto urbanizou as baixadas da Bacia do Una, introduzindo mudanças significativas na paisagem e nos modos de vida da população. No entanto, a ausência de serviços básicos na referida Bacia é constante, principalmente com a conclusão do Projeto em 2005. Destaca-se que o aumento da vulnerabilidade dos moradores da Bacia do Una, as inundações após a conclusão do projeto estão relacionadas a um conjunto de fatores como: 1) Exclusão deliberada de determinadas regiões do conjunto de obras do projeto; 2) Falta de prosseguimento de obras complementares em outras áreas; 3) Falta de manutenção do sistema de macrodrenagem implantado pelo Projeto Una (SOARES, 2015).

A denúncia da FMPBU se deu através de uma ação civil pública ambiental, que ainda está tramitando no ministério público. Enquanto isso, a Frente busca apoio nas entidades que defendem os direitos humanos como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese Metropolitana de Belém, as Comunidades Eclesiais de Base Arquidiocesanas de Belém e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além dessas entidades, o movimento busca apoio no âmbito acadêmico, estabelecendo parceria com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), além de outros movimentos, como o Comitê Popular Urbano (CPU). Além disso, a frente faz panfletagem para expor a problemática para a sociedade que sofre com alagamentos e possui um blog, com o intuito de dar visibilidade a problemática.

Já a Frente dos Moradores Prejudicados da Avenida Perimetral (FMPAP) surgiu em 2015, momento em que estava ocorrendo o Projeto de Duplicação da Avenida Perimetral.

Este movimento surgiu para contestar a lógica do projeto, pois, à medida que a obra avançava, as condições de moradia eram prejudicadas. Destaca-se que os moradores tiveram muitos prejuízos materiais, como o rebaixamento das casas e novos alagamentos. Além disso, não houve, para a maioria dos moradores, o pagamento de indenização ou cheque moradia como forma de garantir moradia digna. Nesse sentido, alguns moradores da Avenida Perimetral passaram a denunciar os impactos da obra junto ao poder público, principalmente na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e na Defensoria Pública Estadual. Além disso, buscaram esclarecimentos junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). Ademais, o movimento buscou apoio ao Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM), que prestaram assessoria e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional na Amazônia (FASE).

A Frente dos Prejudicados do Tucunduba surgiu em 2017 para denunciar os alagamentos, reivindicar moradia digna e infraestrutura urbana na Bacia do Tucunduba. Destaca-se que o movimento questiona os impactos pelo Projeto de Saneamento Integrado do Igarapé Tucunduba, que teve início em 1993. Ressalta-se que a obra teve continuidade em 1996, com o financiamento do e se prolonga pelos anos seguintes até os dias atuais. Ressalta-se que no período de 2004 a 2008, o projeto ficou paralisado e somente foi retomado após a visita em Belém da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) por moradia digna. Em 2006 a Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB) apresentou o programa de macrodrenagem do Tucunduba aprovando seu financiamento através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em janeiro de 2016, a comissão esteve presente na base do Serviço Social da empresa Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia (CETEC) para dar continuidade à obra em conjunto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), porém, não ocorreu por parte dos responsáveis pela obra, interesse na participação da população. Sendo assim, o movimento em decorrência dos impactos gerados pela obra, vem denunciando, dentre várias expressões da questão social: 1) A não conclusão do projeto habitacional para reassentar as famílias remanejadas, que por longos anos se encontram no auxílio aluguel 2) Sucateamento da principal avenida do bairro Terra Firme, ficando totalmente intrafegável, tanto para veículos quanto para pedestres, inviabilizando a vida da população.

Além das Frentes de Prejudicados apresentados, em Belém existem outros movimentos sociais que estão resistindo à lógica dos grandes projetos urbanos. O Comitê Popular Urbano (CPU) surgiu em 2014, a partir da necessidade de aglutinar as lutas em Belém pela Reforma Urbana e Direito à Cidade. Acentua-se que o movimento possui uma luta mais ampla em relação a outros movimentos sociais urbanos, pois, gira em torno do Direito à Cidade e Reforma Urbana em Belém. Além disso, o movimento engloba as reivindicações de outros movimentos sociais urbanos como a Frente dos Moradores

Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU).

A Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) surgiu em decorrência do Projeto Orla, que em conjunto com o Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), compõe o Portal da Amazônia. A AMPPA denuncia a não construção das unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas durante todo o período de intervenção. Ressalta-se que o movimento realiza audiências públicas e reuniões com os moradores prejudicados e com os responsáveis pela obra. Destaca-se que com a intervenção urbanística, surgiram seis impactos, mapeados durante a Oficina de Conflitos Socioambientais pelo LABPSAM/ PARU/FASE, em 2015: 1) Valor do Auxílio Moradia; 2) Demolição das moradias (60% das vilas da área); 3) Perda dos comércios; 4) Quantitativo de famílias atingidas negativamente (344); 5) A retirada do posto de saúde; 6) Aumento da violência.

A Frente em Defesa das Bacias de Belém (FBB) surgiu em 2017 com o intuito de aglutinar as lutas de movimentos sociais que estão emergindo nas Bacias Hidrográficas e Belém. Dentre as reivindicações da FBB, tem-se o fim dos alagamentos em Belém e a entrega de unidades habitacionais planejadas para reassentar as famílias remanejadas durante todo o período de intervenção no Tucunduba e Estrada Nova. Os membros da Frente são moradores e lideranças das Bacias Hidrográficas do Una, Tucunduba e Estrada Nova, bem como outros sujeitos de outras Bacias Hidrográficas. Destaca-se a proposta de criação da Frente se deu como alternativa coletiva e de resistência à lógica do projeto neoliberal, que intensifica à lógica individualista.

Percebe-se, dessa forma, que os novos formatos de movimentos sociais em Belém, fazem a resistência aos efeitos produzidos por intervenções urbanísticas que objetivam realizar ações de melhoria do saneamento e moradia, mas, que contraditoriamente produzem efeitos de exclusão e segregação social, como é o caso dos alagamentos, dos remanejamentos e da longa submissão da população atingida ao auxílio aluguel. Esse cenário de lutas sociais, principalmente em Belém, representa a resistência histórica dos sujeitos sociais diante de um cenário desigual, marcado pela agudização da questão urbana em decorrência de uma lógica mercadológica que predomina mais que as necessidades humanas.

4 | CONCLUSÃO

A partir da breve apresentação dos movimentos sociais que lutam pelo Direito à Cidade em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém, destaca-se a mudança histórica do fenômeno, por conta da mudança conjuntural. Sendo assim, ressalta-se a existência de resistência por parte dos sujeitos sociais em torno da luta do Direito à Cidade e Reforma Urbana no Brasil e em Belém.

Além disso, é perceptível que as lutas sociais na atualidade não emergem através

de Associações de Moradores ou Centros Comunitários, como ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, apesar de alguns destes ainda existirem. Atualmente há uma predominância de organizações populares em torno de frentes, comitês, comissão etc. Outra questão emergente é que a principal estratégia de luta tem se dado no campo da judicialização, questionando o poder público e reivindicando a garantas de direitos nas áreas afetadas por GPU's.

Ademais, na atual conjuntura os movimentos sociais urbanos possuem como desafio a organização da população para reivindicar por direitos humanos básicos, pois, o individualismo e os valores conservadores decorrente do processo de intensificação do neoliberalismo torna-se cada vez mais parte do cotidiano da população, dificultando, assim, que os sujeitos se vejam como coletividade. No entanto, o cenário de lutas em Belém demonstra a resistência por parte de tais sujeitos ao atual cenário de violação de direitos humanos e de passividade.

Outro fator, relacionado às condições objetivas dos sujeitos que vivem em áreas que estão sofrendo intervenção urbanística é a impossibilidade de permanecer no local de moradia ou a chamada insegurança da posse, como apresenta Rolnik (2015). Para a autora, vivencia-se um processo de radicalização da transformação da cidade em empresa.

É importante ressaltar por fim que, ao mesmo passo que os GPU's "passam", trazendo desenvolvimento econômico para a cidade, também destroem modos de vida e formas de trabalho de diversos sujeitos. Nesse sentido, percebe-se que o Direito à Cidade tem sido modelado de acordo com os desejos de uma minoria. Porém, é através das práticas diárias dos sujeitos que é possível mudar o modelo de cidade que existe, transformando-a em uma cidade de acordo com os desejos da coletividade. Sendo assim, os segmentos sociais organizados, que resistem e denunciam as violações de direitos humanos em tais áreas, estão buscando (re) construir essa cidade, pois, como ressalta Harvey (2009), se o mundo urbano que existe foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito, isto é, o espaço urbano que existe pode ser transformado através da organização dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edvânia Santos; SÁ, Maria Elvira Rocha de. O legado dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia na bacia do Tucunduba em Belém/PA. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades. Belém: ICSA/ UFPA, 2011. p. 245-281

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2013. p. 7-13

COSTA, Alexandre. **O surgimento do Comitê Popular Urbano (CPU)**. Disponível em: <http://frentebaciadouna.blogspot.com.br/>. Acessado em: 22 de fev. 2017.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém: o bairro da Sacramenta**. 1994. 180f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém. *In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades*. Belém: ICSA/ UFPA, 2011. p.187-243

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. 317f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do serviço social nos movimentos sociais urbanos. *In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. p.245-262

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. *In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (org.). Movimentos sociais na era global*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 19-36

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade. *In: GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Rio de Janeiro: vozes, 2003. p.11-88

GOHN, Maria da Glória. Questões teóricas. *In: GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333- 512, maio-ago. 2011.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos**, NAEA, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade revolução urbana**. São Paulo: Martins fontes, 2014.

KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade, São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *In: Ciências sociais hoje 1991*. São Paulo: Vértice, 1991.

ROLNIK, Raquel. Os sem-lugar ou a crise global de insegurança da posse. *In: ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 141-253

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ, Fernanda. Jogos olímpicos e territórios em disputa: sujeitos e instrumentos para a reinvenção do espaço. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2017. p. 6

SILVA, Ellen Fernandes da. **Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**: uma trajetória de lutas no espaço urbano de Belém do Pará. 2007. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SOARES, Pedro P. de M. A. **Memória ambiental na Bacia do Una**: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016. 278f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA, 1997

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 86, 87, 89, 92

Agente 2, 3, 10, 24, 104, 158, 161

Assistente social 86, 109, 110, 112, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163, 164

B

Bolsa Família 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62

Brasil 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 133, 135, 136, 147, 149, 150, 155, 158, 160, 163, 164, 166, 171, 172, 177

C

Cavalaria 12, 18, 19, 21, 25, 27, 31, 32

Cidadania 52, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 103, 104, 105, 106, 107, 153, 158, 159, 160, 163, 179

D

Desempenho escolar 109, 110, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Direitos 21, 42, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 69, 70, 73, 87, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 179

Docente supervisor 93, 95, 98, 102

E

Educação 21, 39, 40, 42, 43, 45, 50, 55, 59, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Empregabilidade 113, 114, 115, 117, 118, 125, 127, 128

Ensino superior 113, 115, 116, 117, 119, 121, 128, 130, 155, 156, 172

Escuta qualificada 86, 91

Estratégias 4, 23, 24, 61, 65, 68, 76, 90, 91, 104, 111, 164, 166

F

Feminina 52, 53, 57, 58, 60

Frente de prejudicados 63

G

Gasto público municipal em educação 131, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 152

Geotecnologia 165, 166, 167, 168, 170, 173, 174

Governo Militar 33, 36

Grandes projetos urbanos 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74

I

Indicadores de pobreza 76

Instrumentalidade 153, 154, 157, 158, 164

Iphan 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

L

Legislação 1, 9, 38, 105, 116

Lei 13.260/16 1, 10

Lo institucional 93

Lo personal 93, 94, 97

Lo relacional 93

Lutas sociais 63, 66, 69, 72, 73, 74, 104, 105, 110

M

Mestrado 1, 62, 74, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 179

Modelagem quantílica de dados em painel 131

P

Pesquisa qualitativa 18, 165, 167

Policiamento montado 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Polícia Militar 18, 22

Políticas Públicas 53, 62, 73, 74, 75, 86, 91, 103, 105, 107, 131, 149, 150, 154, 179

Professores de Geografia 165

R

Recursos humanos 21, 23, 78, 113, 116, 120, 126, 128

S

Serviço Social 52, 62, 63, 71, 74, 75, 86, 87, 91, 93, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 153, 157, 160, 162, 163, 164, 179

Supervisión académica 93, 94, 96, 98, 99

T

Terrorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17

V

Violência auto infligida 86, 87, 89, 90, 91

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

